



FLAVIO DUTRA/ARQUIVO JU - JUL/2013

Batalha verde

Agricultura Pesquisadores debatem o uso de agrotóxicos nas lavouras

Samantha Klein

O número de agricultores que utilizam agrotóxicos nas lavouras do Rio Grande do Sul cresceu na última década. O Censo Agropecuário de 2017 mostra que 70,2% dos produtores declaram fazer uso de defensivos químicos, ante os 62% verificados na pesquisa de 2006. Em pequenas e grandes áreas, os produtos estão presentes apesar da discussão sobre os possíveis efeitos danosos para consumidores, agricultores e meio ambiente. Conforme a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Brasil está entre os dez maiores consumidores desse tipo de insumo em áreas agriculturáveis.

Aldo Merotto Junior, professor da Faculdade de Agronomia, considera, no entanto, que o uso dos agrotóxicos não deve ser demonizado. O pesquisador destaca que entre o malefício e o benefício de um inseticida existe o manejo dos produtos e as quantidades adequadas a serem aplicadas no momento certo em cada cultivo. “É correto dizer que poderíamos ter uma produção totalmente or-

gânica. Porém, devido aos custos e à baixa disponibilidade de mão de obra é simplesmente inviável pensar em grandes lavouras de soja orgânicas. É possível, contudo, minimizar os riscos da utilização dos defensivos agrícolas”, destaca.

Docente do Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia, Merotto pondera que as pesquisas em torno de produtos menos tóxicos avançam continuamente e que o cenário é bastante diferente daquele que foi desenhado quando chegaram os primeiros produtos no Brasil nos anos 1960 e 1970 a partir da revolução verde.

PL do Veneno – A discussão em torno dos agrotóxicos ganhou contornos ainda mais polêmicos neste ano a partir da tramitação de uma proposta que pretende flexibilizar a legislação de controle dos produtos no país. A comissão especial da Câmara dos Deputados para avaliar a proposta aprovou o relatório favorável do deputado Luiz Nishimori (PR-PR). Se for a votação, o PL 6.299/02 – originalmente elaborado pelo então senador Blairo Maggi (PP-MS), um dos maiores produtores de soja do mundo – poderá ser modificado por emendas, mas a tendência é que dê poderes ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para autorizar unilateralmente o uso de agrotóxicos, o que bate de frente com a lei de 1989, que prevê avaliações também dos Ministérios da Saúde e do Meio Ambiente.

A medida, além de tornar menos rígidas as regras para a fisca-

lização, pretende acelerar a liberação dos registros dos agroquímicos. “Não podemos permitir que todo o mundo registre produtos rapidamente e, no Brasil, tenhamos de perder 10 anos para que um produto seja aprovado. Até lá, estará defasado. É o mesmo que levar todo esse tempo para liberar um medicamento que pode curar uma doença grave. Ainda assim, é óbvio que os critérios técnicos e de segurança alimentar e ambiental não podem ser abandonados”, argumenta Merotto.

Entidades ambientais e de saúde coletiva, por sua vez, criticam o projeto. Segundo eles, um pesticida poderá começar a ser usado mesmo que órgãos como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) não tenham concluído parecer sobre o impacto do produto. A Associação Brasileira de Saúde Coletiva publicou nota em que considera o “PL do Veneno” um enorme retrocesso civilizatório.

Efeitos combinados – Os testes realizados pelos fabricantes de pesticidas e também por órgãos como a Anvisa são realizados com os produtos isoladamente. Os efeitos combinados, porém, não são avaliados, conforme explica o professor do Departamento de Análises da Faculdade de Farmácia, Marcelo Dutra Arbo. Ele ressalta que agrotóxicos extremamente agressivos, como os organofosforados, estão entrando em desuso. “Falamos em menor toxicidade aguda. O indivíduo se intoxicava agudamente com

os organofosforados, sofrendo com lacrimojamento, salivação, convulsão e até morte. Como são muito tóxicos estão sendo substituídos por novos produtos que não causam esses efeitos, mas não quer dizer que agrotóxicos mais modernos sejam, no longo prazo, menos tóxicos. Às vezes, para descobrir a toxicidade levamos de dez a vinte anos”, observa.

Marcelo coordena uma pesquisa com os agentes glifosato, imidacloprida e fipronil, que estão entre os mais usados nas lavouras do Brasil. É alvo do estudo a combinação dos efeitos de agroquímicos no ar, nos alimentos e na água. “Quem trabalha com o cultivo da soja vai estar exposto aos três tipos de agrotóxicos em diferentes fases da plantação”, ressalta. A pesquisa está na etapa inicial e terá três fases, sendo que a última delas consiste em acompanhar exames de sangue de agricultores que aplicam as substâncias a fim de verificar a presença de resíduos dos pesticidas.

“Ainda não temos resultados sobre o impacto dos efeitos combinados na saúde humana, mas pesquisas anteriores mostraram a possibilidade de o uso continuado afetar a função imunológica. Quando a exposição aumenta, o indivíduo pode desenvolver complicações. Estima-se a elevação de casos de hipertensão, diabetes, câncer, Parkinson e Alzheimer. Claro, essas doenças são multifatoriais, mas a exposição continuada a agrotóxicos pode contribuir para que uma doença se manifeste no futuro”, sinaliza.

Interferências – As regiões norte e sul do Rio Grande do Sul, caracterizadas pela produção de frutas, como as uvas, e grãos, como a soja e o trigo, estão enfrentando um problema relacionado à dispersão de agrotóxicos pelo vento – os defensivos agrícolas utilizados em grãos são completamente diferentes daqueles aplicados em frutíferas.

O problema está relacionado com a utilização intensiva do herbicida 2 4-D, que controla plantas de folhas largas consideradas daninhas. A aplicação incorreta em lavouras de grãos afeta diretamente parreirais e outras frutíferas, que são muito mais sensíveis. “O 2 4-D é muito agressivo, interferindo no desenvolvimento da uva. Assim, a fruta nem chega ao consumidor, porque a planta é inviabilizada antes disso”, aponta o coordenador da área de fruticultura da Emater Regional Serra Gaúcha Ênio Todeschini.

O agrônomo destaca que cada produto tem especificações claras de manejo. O ciclo, a carência entre uma aplicação e outra e a quantidade a ser aplicada precisam ser respeitados. Recentemente, em Monte Alegre dos Campos, boa parte da produção de uva foi perdida. “Chegamos a fazer um seminário sobre o problema para explicar como aplicar os herbicidas e não atrapalhar as lavouras vizinhas. É imprescindível a conscientização do agricultor e o conhecimento agrônomo de cada produto para a aplicação”, complementa.